

30 ABR 2016

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Filhotismo escancarado

SÃO PAULO—Certos problemas não têm solução. Há quem defenda que nem sejam chamados de problema. Eu não iria tão longe. O fato de não haver resposta satisfatória não significa que a dificuldade não exista. Também não implica que não seja possível tentar saídas que, apesar de subótimas, contribuam para reduzir a escala dos inconvenientes.

O favoritismo e o nepotismo estão nessa categoria. Reportagem de Frederico Vasconcelos mostrou que 1/3 dos ministros do STJ tem cônjuges ou filhos advogando na corte. E esse não é um caso isolado. Levantamento de 2013 revelara que 16% dos magistrados do TJ-RJ eram parentes de alguma autoridade judicial.

É impossível acabar com o nepotismo, porque ele está inscrito em nossa programação genética. Pais tendem a favorecer suas crias. Um outro nome para o fenômeno é “amor”. Enquanto está restrito à esfera privada, pode até ser produtivo. Relações de parentesco ajudam a resolver o problema da falta de confiança, que pode ser fatal para um negócio. O fato de más decisões resultarem em prejuízo faz com que até o mais amoroso dos pais hesite em colocar um filho particularmente incompetente em postos-chave de sua empresa.

Na esfera pública, a coisa muda de figura. Aí, o favorecimento não apenas nada acrescenta como frequentemente se torna uma forma de predar o Estado. A coisa é especialmente grave no Judiciário, onde a possibilidade de beneficiar uma das partes por razões familiares e não técnicas mina a própria ideia de Justiça.

A dificuldade aqui é que mesmo as soluções mais radicais para lidar com o problema, como a proibição de contratar parentes ou impedir advogados de atuarem nas cortes em que tenham familiares como juizes, são insuficientes. Elas podem ser contornadas pelo nepotismo cruzado (cada magistrado contrata o parente do colega) e não evitam um possível favorecimento ao escritório a que pertença o filho de um juiz.

PAINEL DO LEITOR

Parentes no STJ

O editorial “Nuvens no STJ” (“Opinião”, 29/4) e todo esse cenário político vivido no país fizeram lembrar uma citação de “Raízes do Brasil”: “A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático.” Que sirva de lição para o momento de transição que viveremos.

LEONARDO ASSIS, bibliotecário e historiador
(São Paulo, SP)

A notícia de que os ministros do STJ julgam e votam em processos em que seus parentes são parte com o pretexto de falha no sistema de controle do tribunal é bizarra. São dez magistrados equivocados que precisam que o sistema do STJ lhes ensine os princípios mais comezinhos do direito.

NILTON NAZAR (São Paulo, SP)

30 ABR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Chega de Cunha

Supremo retardou demais discussão sobre afastamento do presidente da Câmara, que não hesita em utilizar o cargo em benefício próprio

O ministro Teori Zavascki provocou reações de surpresa e alento ao afirmar, na quinta-feira (28), que quer incluir na pauta do Supremo Tribunal Federal a discussão sobre o afastamento de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) do cargo de presidente da Câmara dos Deputados.

É surpreendente que só agora tal debate esteja perto de ser levado ao plenário. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, fez esse pedido em dezembro.

Na sua petição, o chefe do Ministério Público Federal sustenta que a medida é necessária tanto para assegurar a ordem pública, impedindo a reiteração de práticas delitivas, quanto para proteger a investigação criminal.

Cunha, não custa insistir, é réu no STF por força da Operação Lava Jato, acusado de corrupção e lavagem de dinheiro. A ninguém interessa que se levantem óbices às apurações, e o peemedebista dá incontáveis mostras de que sabe utilizar sua posição privilegiada para conseguir o que deseja.

Apesar do atraso, causa alento que enfim o Supremo exiba disposição para agir. Multiplicam-se as notícias sobre falcatruas e desmandos do deputado, cuja presença no comando da Câmara rebaixa a instituição a níveis incompatíveis com sua importância.

Reportagem publicada pela **Folha** nesta sexta-feira (29) relata negociação para acordo de delação premiada de Fábio Cleto, ex-vice-

presidente da Caixa Econômica Federal. Ele afirma que, em troca da liberação de verbas do FGTS para obras no Rio, Cunha teria cobrado propina de R\$ 52 milhões.

Também nesta semana, o lobista Fernando Baiano, condenado na Lava Jato, disse ao Conselho de Ética da Câmara que levou pessoalmente R\$ 4 milhões ao escritório do peemedebista, no Rio.

Como tantos acusados, Cunha nega os fatos; depoimentos, ademais, precisam ser corroborados por provas. No âmbito judicial, supõe-se que as investigações avancem com esse propósito; na esfera política, todavia, sabe-se que as apurações não saem do lugar — e às vezes voltam para trás.

Na próxima semana, Cunha poderá eleger um aliado para a presidência da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. O principal órgão da Casa deve analisar recursos do peemedebista contra seu processo de cassação no Conselho de Ética. Não se descarta que as apurações retornem à estaca zero.

Quanto ao STF, talvez seus ministros preferissem esperar que a Câmara resolvesse o assunto por conta própria, evitando o que poderia parecer interferência em outro Poder. Seria uma espera em vão — e a demora ganha contornos mais dramáticos com a provável abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT).

Nos termos da Constituição, o ocupante do comando da Câmara é o segundo na linha de sucessão do Planalto. Passará a ser o primeiro — um vice, na prática — caso Dilma venha a ser afastada. Dá arrepios imaginar o que Cunha fará se, ainda que por alguns dias, assumir a Presidência da República.

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

30 ABR 2016

A PORTA DE SAÍDA

O STF (Supremo Tribunal Federal) debate dois caminhos possíveis para o caso de Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Um deles, mais radical, prevê o afastamento definitivo do deputado da presidência da Câmara dos Deputados. Há outro, intermediário: o peemedebista só seria afastado quando Michel Temer viajasse. Assim, não assumiria a Presidência da República.

SOB SUSPEITA

Cunha, como presidente da Câmara, é o segundo na linha sucessória e, portanto, deveria substituir Temer na Presidência na ausência dele. Mas a lei diz que, como é réu, não pode ocupar o cargo, ainda que por apenas alguns dias.

EM GRUPO

O afastamento temporário é visto por alguns ministros como menos traumático. Cunha não apenas é presidente de outro poder como tem amplo apoio na Câmara. O STF vê com receio a possibilidade de um confronto traumático com o Legislativo.

ANÚNCIO

Apesar disso, os ministros concluíram que não podem simplesmente ignorar o tema. O ministro Teori Zavascki, relator do caso, já afirmou anteontem a jornalistas que levará o tema para ser discutido no plenário da corte.

PAINEL DO LEITOR

Eduardo Cunha e o STF

Bernardo Mello Franco, em "A lição de Erundina ao STF" ("Opinião", 29/4), premia-nos com suas críticas a esse estado absurdo de coisas que nos assola. A omissão escandalosamente política do STF aos poucos evidencia seu lado mesquinho e fisiológico. A "cobrança da fatura" após o STF não interferir nas votações do impeachment na Câmara revela quanto as instituições brasileiras "são sólidas e estão funcionando". É difícil ter esperanças neste país.

JÚLIO TAVARES (Brasília, DF)

JOSÉ SIMÃO

E o que o Supremo está esperando pra prender o Cunha?

O Supremo estava ocupado decidindo se "pode entrar no cinema com pipoca comprada fora". Pode. Escondido, pode!

"Piauí Herald": "Em caso de acidente nuclear, sobreviverão apenas as baratas e o Cunha".

As baratas vão se matar pra não ter que conviver com o Cunha!

30 ABR 2016

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

José de Abreu

Solidarizo-me com o ator José de Abreu. Vivemos em um país em que o fascismo está presente e a intolerância contra quem é petista, esquerdista, comunista, progressista disfarça uma democracia de fachada. Não vemos a condenação dos reais criminosos, mas dos movimentos sociais. O Judiciário é cúmplice desse golpe que se apresenta, arquitetado por boa parte da mídia e por políticos retrógrados (“Adeus, Brasil cordial”, Tendências/Debates, 29/4).

PAULO SÉRGIO CORDEIRO SANTOS, advogado
(Curitiba, PR)

30 ABR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Moro aceita denúncia contra João Santana

Publicitário e sua mulher, Mônica Moura, detidos desde fevereiro, viraram réus na Lava Jato

FELIPE BÄCHTOLD
DE SÃO PAULO

O juiz Sergio Moro aceitou nesta sexta (29) duas denúncias do Ministério Público Federal que têm como principal alvo o publicitário João Santana, responsável pelas campanhas do PT à Presidência em 2006, 2010 e 2014.

Com a decisão, Santana e a mulher, Mônica Moura, se tornam réus em ações penais da Operação Lava Jato. O casal está detido desde fevereiro.

Eles são acusados de receber dinheiro desviado da Petrobras em pagamentos da Odebrecht e do lobista Zwi Skornicki, que representava no Brasil um estaleiro asiático com contratos com a estatal.

Uma das ações aborda um departamento da Odebrecht suspeito de concentrar repasses ilegais para políticos. Nesse processo, também se tornaram réus seu ex-presidente Marcelo Odebrecht e nove pessoas, incluindo seis ex-executivos e funcionários.

Segundo o MPF, Santana e a mulher receberam da empreiteira em dinheiro vivo ao menos R\$ 23,5 milhões no Brasil e mais US\$ 3 milhões no exterior. Para os procuradores, os pagamentos foram feitos a mando do PT —o ex-tesoureiro João Vaccari Neto também foi incluído no processo.

Nessa ação, a acusação é de organização criminosa e lavagem de dinheiro. Uma peça-chave do caso é a funcionária da Odebrecht Maria Lúcia Tavares, que relatou o funcionamento da divisão da empreiteira que pagava políticos.

No despacho, Moro citou como justificativa para o recebimento da denúncia os depoimentos de Maria Lúcia e disse que “documentos suportam as afirmações”. Em outro despacho, ele aceitou denúncia em que Santana é acusado de receber dinheiro ilegal de Zwi Skornicki.

Na denúncia, o MPF afirma que foram feitos pagos US\$ 4,5 milhões ilícitos no exterior. A acusação é de lavagem e corrupção passiva. Foram incluídos na ação Skornicki, Vaccari e quatro ex-executivos da Petrobras e da Sete Brasil.

OUTRO LADO

João Santana e Mônica Moura negam as acusações. Procurada, a Odebrecht não se manifestou.

30 ABR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Na 'madrugada do impeachment', Randolfe prega peça em advogada

Em uma sessão da comissão do impeachment no Senado que entrou pela madrugada, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) pregou uma peça em um dos autores da denúncia contra a presidente Dilma Rousseff, a advogada Janaína Paschoal.

Ao elaborar sua pergunta, o senador, contrário ao impeachment, leu um documento que versava sobre a edição de decretos suplementares de crédito editados em 2015, um dos pilares que embasam a denúncia contra a petista, e perguntou a Janaína sua opinião. Não mencionou que tinha sido assinados pelo vice, Michel Temer.

A advogada afirmou que tais decretos configuravam crime de responsabilidade e deveriam ser punidos com o impeachment. "Vossa Excelência acaba de expor as razões por que também será necessário pedir o impeachment do vice Michel Temer. O que eu descrevi, agora há pouco, foram atos cometidos pelo vice", disse Randolfe.

A revelação constrangeu Janaína que, pouco antes, havia dito não haver elementos para que o vice fosse denunciado.

FOLHA DE S. PAULO

TJ nega recurso, e
gestão de SP terá
de entregar dados

30 ABR 2016

O Tribunal de Justiça negou nesta sexta (29) recurso da gestão Geraldo Alckmin (PSDB) e deu prazo de cinco dias para a Secretaria da Segurança Pública fornecer à **Folha** registros policiais usados nos balanços mensais das estatísticas criminais de São Paulo.

Decisão da desembargadora Teresa Ramos Marques, da 10ª Câmara de Direito Público do TJ, rejeitou pedido da secretaria para suspender os efeitos de liminar concedida no início do mês ao jornal.

A liminar do juiz Alberto Alonso Muñoz, da 13ª Vara da Fazenda Pública determinava a entrega dos dados em até cinco dias.

O governo descumpriu a decisão enquanto recorria ao TJ, o que motivou o juiz Muñoz, na quinta (28), a intimar o secretário Alexandre de Moraes, convidado para assumir a AGU (Advocacia-Geral da União) em um eventual governo de Michel Temer (PMDB).

O juiz deu a ele prazo de 24 horas para o fornecimento das informações. A secretaria pediu então o efeito suspensivo. Nesta sexta, a desembargadora deu novo prazo de cinco dias.

A pasta é obrigada a fornecer boletins policiais com nome das vítimas, documentos de identidade e número dos boletins de ocorrência relativos a assassinatos ocorridos no quarto trimestre de 2014 e terceiro trimestre de 2015.

A magistrada, no entanto, decidiu que a secretaria não repasse a íntegra dos boletins de ocorrência. Procurada, a secretaria afirmou que “todos os boletins são públicos.”

30 ABR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Justiça exige que gestão Alckmin explique fechamento de salas

Ministério Público quer provas de que o governo estadual não vem realizando 'reorganização disfarçada', vetada no ano passado

A Justiça de SP deu dez dias para a gestão Geraldo Alckmin (PSDB) detalhar a política de fechamento de salas da rede estadual e provar que não vem realizando uma "reorganização gradual e disfarçada". O governo ainda tem de apresentar um cronograma de discussões da medida.

A decisão, proferida pela juíza Carmen Oliveira e divulgada na quarta (27), afirma que há notícias "gravíssimas" que indicam que o governo estaria descumprindo a ordem judicial que vetou a reorganização escolar que o Estado quis promover em 2015. Defensoria e Ministério Público são os autores da ação.

O governo pretendia com a reorganização fechar 94 escolas, além de criar 754 unidades de ciclos únicos. O processo provocaria a transferência de 311 mil alunos. Sem ter sido discutida com a rede, o projeto provocou um movimento de ocupações de escolas e Alckmin acabou suspendendo a iniciativa em dezembro.

Dados obtidos pela Rede Escola Pública e Universidade, formada por pesquisadores da USP, Unicamp, UFABC, Unifesp, IFSP e UFSCar, mostram que 49 escolas passaram a ser de ciclo único neste ano. Ainda há um saldo de 59 unidades em que houve fechamento de algum ciclo.

"Há indicações que exista uma reorganização silenciosa, pelo menos de racionalização da rede, concentrando a oferta em algumas escolas e reduzindo o número de salas", diz a professora Ana Paula Corti, do IFSP.

O Estado manteve o processo de fechamento de salas registrado nos últimos anos, sob o argumento de que o número de alunos está caindo. Em 2016, foram fechadas até abril 1.693 turmas nos anos iniciais, finais e no ensino médio, na comparação com abril de 2015. Os dados são da Secretaria da Educação. A queda representa uma variação negativa de 1% no número de turmas. Já o número de alunos caiu 3%. A rede tem neste ano 110 mil alunos a menos, totalizando 3,5 milhões de alunos.

Em nota, a secretaria defendeu que cumpre a medida judicial e que não há qualquer processo de reorganização em curso. A pasta informou que prestará todos os esclarecimentos à Justiça. (P5)

30 ABR 2016

FOLHA DE S. PAULO

FHC nega remessas ilegais para ex-amante

Em depoimento à PF, ex-presidente disse ter feito pagamentos declarados a Tomás Dutra

NICOLA PAMPLONA
DO RIO

Em depoimento prestado à Polícia Federal na tarde desta sexta-feira (29), o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso negou que tenha usado a empresa Brasif, que explorava free shops de aeroportos, para repassar dinheiro à jornalista Miriam Dutra, sua ex-amante, e seu filho, Tomás Dutra Schmidt.

A Polícia Federal investiga suspeita de evasão de divisas desde que Miriam, ex-correspondente da Rede Globo na Europa, afirmou que os repasses eram feitos por meio de um contrato fictício de trabalho com a Brasif.

Os dois mantiveram um relacionamento durante os anos 1980 e 1990. O ex-presidente chegou a assumir a paternidade de Tomás, mas diz que dois exames de DNA comprovaram que ele não é seu filho biológico.

De acordo com o advogado Sergio Bermudes, que acompanhou FHC no depoimento, o ex-presidente afirmou que nunca enviou dinheiro para Dutra.

Ele reconheceu que fez remessas regulares para Tomás, mas defendeu que foram declaradas à Receita Federal. A maior delas, de € 250 mil, teve o objetivo de ajudar Tomás a comprar um apartamento em Barcelona. FHC disse que nunca usou a Brasif para remeter dinheiro ao exterior.

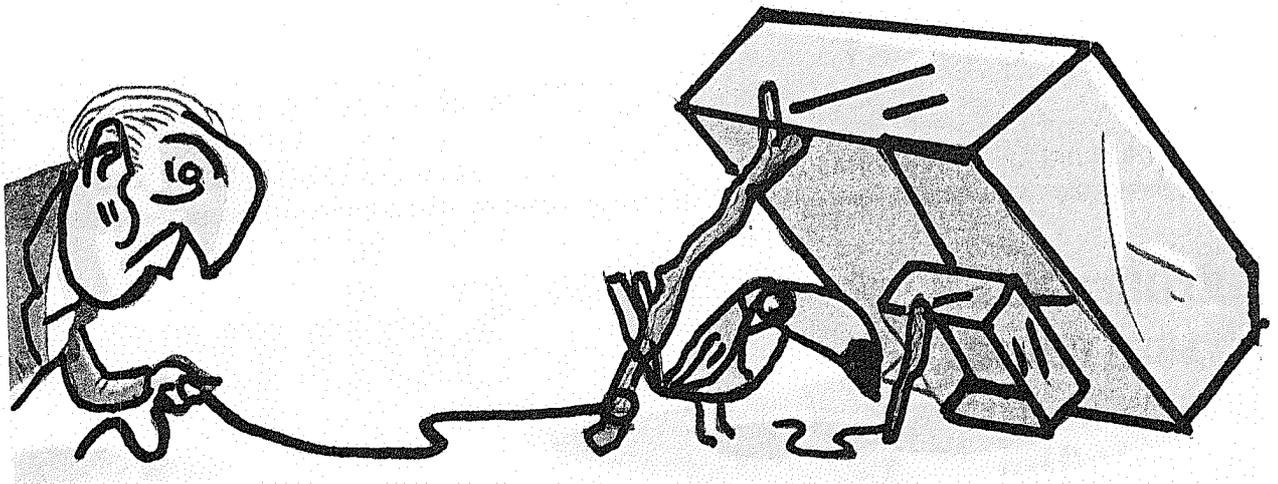
O ex-presidente, porém, não apresentou recibos das remessas. “Isso não é necessário. Os fatos podem ser comprovados pelo Banco Central”, disse o advogado.

FHC declarou ter duas contas no exterior, uma nos EUA e outra na França, abertas para receber por atividades profissionais prestadas fora do país. Segundo ele, as contas foram declaradas à Receita.

No depoimento, que durou cerca de 2h, o ex-presidente negou também que seja proprietário de um apartamento na Avenue Foch em Paris.

30 ABR 2016

FOLHA DE S. PAULO

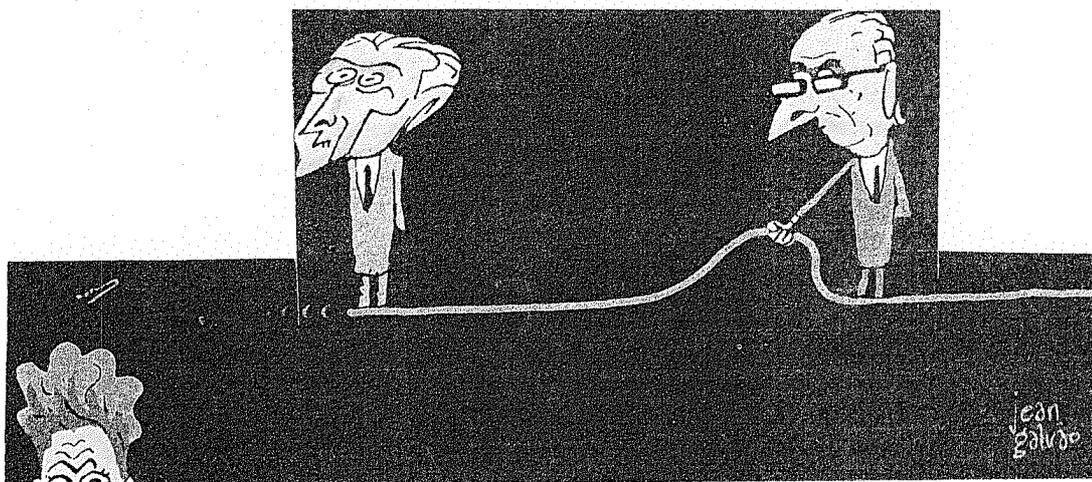


João
Monteiro

01 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

LINHA SUCESSÓRIA



PAINEL



Mascarado Indagado se deixaria o comando da Câmara caso Temer pedisse, Eduardo Cunha nem piscou: “Mais fácil o sargento Garcia prender o Zorro”, disse. Em tempo: o vice pode até querer se livrar do aliado, mas precisa de sua tropa para governar.

PAINEL DO LEITOR

Eduardo Cunha

Até quando vamos ver o STF dar as costas para o Brasil e não julgar o processo, já nas gavetas há 130 e muitos dias, instaurado pela Procuradoria-Geral da República contra o Cunha? (“Chega de Cunha”, “Opinião”, 30/4). Até quando vamos correr o risco de tê-lo na Presidência, caso Dilma seja impedida e Temer tenha que se ausentar do país? Até quando vamos nos envergonhar?

CARLOS VALMER PEREIRA THOMÉ DA SILVA
(Rio de Janeiro, RJ)

02 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

Temer espera nome do PSDB para Justiça

Aécio Neves apoia ex-ministros do STF Velloso e Peluso, mas fará uma 3ª sugestão

GUSTAVO URIBE
DE BRASÍLIA

Com dificuldades para definir um nome para o comando do Ministério da Justiça a pouco mais de uma semana da votação do impeachment da presidente Dilma Rousseff no plenário do Senado, o vice-presidente Michel Temer aguarda uma indicação da cúpula nacional do PSDB.

O presidente nacional do partido, senador Aécio Neves (MG), ficou de sugerir um nome nesta semana. Na terça (3), o tucano entregará uma lista de condições para que o PSDB integre um eventual governo de Temer.

Uma delas é dar continuidade às investigações da Operação Lava Jato tocadas pela Polícia Federal, vinculada ao Ministério da Justiça.

Em conversas reservadas, Temer avalia que, em troca do apoio integral do partido de oposição, pode nomear até três nomes sugeridos pela sigla para a sua equipe ministerial. Até agora, duas pastas já foram definidas: Relações Exteriores e Direitos Humanos. A primeira deverá ser chefiada por José Serra e a segunda pode ficar com Bruno Araújo, deputado que deu o voto 342 pelo impeachment de Dilma, ou Mara Gabrilli.

Aécio tem simpatia pelos ex-ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) Carlos Velloso e Cezar Peluso, já cotados por Temer para o comando da Justiça. Mas o tucano busca um novo nome.

Inicialmente, a intenção de Temer era colocar na pasta o advogado e amigo Antônio Carlos Mariz. Mas, após entrevista à **Folha** em que criticou a Operação Lava Jato, ele acabou descartado.

Sem cartas na manga, Temer pode deslocar para a Justiça o secretário de Segurança Pública de São Paulo, Alexandre de Moraes, inicialmente convidado para a AGU (Advocacia-Geral da União).

POUCAS MULHERES

As poucas sugestões de nomes femininos para comporem o futuro ministério é outro assunto que tem incomodado o vice-presidente.

Temer quer colocar mulheres em pastas com visibilidade, mas os partidos aliados não apresentaram opções.

O grupo do vice-presidente teme ainda o risco de que rivalidades internas desestabilizem o governo interino e afetar a retomada.

O maior receio é em relação a Henrique Meirelles (Fazenda) e José Serra (Relações Exteriores), que, apesar de garantirem que não têm problemas de relacionamento, já trocaram farpas no passado. Ambos figuram na lista de pré-candidatos para a sucessão presidencial em 2018.

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

QUEIJO QUENTE

02 MAI 2016

Carlos Velloso, ex-ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), ganhou apoio do PSDB de Minas Gerais para ser ministro da Justiça. Ele nasceu no Estado, em Entre Rios de Minas.

FORNO

O senador Aécio Neves é um dos que veem com bons olhos a indicação do conterrâneo e, segundo interlocutores, já transmitiu sua impressão à equipe de Michel Temer.

FORNO 2

Outro nome no topo da lista para a pasta da Justiça é o do paulista Cezar Peluso, também ex-ministro da corte. E por fora corre Alexandre de Moraes, secretário de Segurança de São Paulo.

EFEITO CASCATA

A possibilidade de o STF (Supremo Tribunal Federal) afastar Eduardo Cunha (PMDB-RJ) da presidência da Câmara dos Deputados por estar na linha de sucessão presidencial, sendo réu, ou de declarar que ele não pode assumir a Presidência da República no lugar de Michel Temer pelo mesmo motivo, pode atingir num segundo momento o senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

COLEÇÃO

Renan é investigado em cerca de uma dezena de inquéritos. Caso o STF aceite alguma das denúncias contra ele, se transforma em réu — como Eduardo Cunha.

EQUILÍBRIO

Ministros do STF têm ponderado que Renan é, hoje, fator de estabilidade política, já que é considerado experiente negociador no Congresso.

02 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO



ALÔ, MÃE? SE QUISER
VER SEU PRESENTE,
JÁ SABE EM QUE
CONTA DEPOSITAR...

RUY BARROZORUY BARROZO



Publicado 1 de maio de 2016 às 10h50

Evento



O Corregedor da Justiça do Estado do Paraná, desembargador Robson Marques Cury, recebeu o convite da Universidade Estadual de Maringá – UEM para participar da palestra que acontece no próximo dia 24.

CONTINUA

02 MAI 2016

Paraná Portal

CONTINUAÇÃO

O curso de graduação em Direito/Projeto Justiça Restaurativa promoverá o evento e traz o palestrante Leoberto Brancher, juiz da Vara Regional da Infância e Juventude e Coordenador do CEJUSC de Caxias do Sul/RS.

O tema do encontro será “Justiça Restaurativa no Cenário Nacional: implicações, promessas, avanços e esperança” e acontecerá no Bloco B33, no campus da UEM

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Comissão do CNJ avalia proposta de norma para difundir Justiça Restaurativa

O Grupo de Trabalho para desenvolvimento da Justiça Restaurativa instituído pelo Conselho Nacional de Justiça apresentou uma proposta de resolução para difusão da prática no país. A proposta foi encaminhada pelo secretário-geral do CNJ, Fabrício Bittencourt da Cruz, coordenador do GT, ao conselheiro Emmanoel Campelo, presidente da Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania, para que seja avaliada e encaminhada ao plenário do CNJ.

Uma das preocupações durante a elaboração da minuta foi a definição do conceito de Justiça Restaurativa. De acordo com o texto, a Justiça Restaurativa representa uma forma diferenciada com relação ao modelo punitivo tradicional, quanto à abordagem, condução e facilitação de situações de conflitos, violências ou fatos de natureza penal e abrange princípios e metodologias aplicáveis tanto na sua compreensão quanto na sua superação.

Nos oito capítulos da minuta de resolução são abordados temas como as atribuições do CNJ e dos tribunais em relação à prática, o atendimento restaurativo em âmbito judicial, o facilitador restaurativo, a formação e capacitação e o monitoramento e avaliação.

Pela proposta, vai ser responsabilidade do CNJ organizar programa com o objetivo de promover ações de incentivo à Justiça Restaurativa, de formar multiplicadores de facilitadores e de prever mecanismos de monitoramento, pesquisa e avaliação, inclusive com a construção de uma base de dados, e pautado pelas linhas programáticas.

Já aos tribunais caberia a implementação de programas de Justiça Restaurativa, que serão coordenados pelos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) ou por unidade central específica para a gestão da Justiça Restaurativa (Nujures) no respectivo tribunal, com representação de magistrados e equipe técnico-científica.

A minuta foi elaborada considerando, entre outros motivos, as recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) para fins de implantação da Justiça Restaurativa e a relevância e necessidade de buscar uniformidade, no âmbito nacional, do conceito de Justiça Restaurativa, para evitar disparidades de orientação e ação. Outra razão explicitada no projeto é que cabe ao Poder Judiciário o permanente aprimoramento de suas formas de resposta às demandas sociais relacionadas às questões de conflitos e violência, sempre objetivando a promoção da paz social.

O grupo de trabalho, instituído pelo presidente do CNJ, ministro Ricardo Lewandowski, contou com a participação de juízes auxiliares da Presidência do CNJ e magistrados de diversas regiões brasileiras que se destacam pela difusão da prática.

Contribuir com o desenvolvimento da Justiça Restaurativa é uma das diretrizes prioritárias da gestão do CNJ para o biênio 2015-2016, prevista na Portaria 16/2015, do ministro Ricardo Lewandowski. O ato estabelece as 12 diretrizes que devem influenciar a elaboração do planejamento estratégico do órgão e a formulação de novas metas nacionais para cumprimento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015-2020.

02 MAI 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Janot defende exclusividade do MP em acordos de delação

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, entrou com uma ação no STF para garantir ao Ministério Público (MP) a exclusividade na celebração de acordos de delação premiada.

Na ação direta de inconstitucionalidade, Janot pede a ilegalidade dos artigos da Lei 12.580/2013, conhecida com Lei da Delação Premiada, que preveem que delegados das polícias civil e federal também possam formalizar os acordos. A norma serve de base para as delações de investigados na Operação Lava Jato.

De acordo com o procurador, a iniciativa para a proposta de acordos cabe somente ao Ministério Público, órgão acusatório responsável por dirigir a investigação criminal.

“Investigação policial criminal deve fazer-se em harmonia com as linhas de pensamento, de elucidação e de estratégia firmadas pelo MP, pois é a este que tocará decidir sobre propositura da ação penal e acompanhar todas as vicissitudes dela até o fim do julgamento”, argumentou o procurador.

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

30 ABR 2016
01 MAI 2016

Envolvido na Quadro Negro investiga Quadro Negro

Embora esteja entre os citados como envolvido no esquema da Operação Quadro Negro, é o conselheiro Durval Amaral o relator de procedimentos no Tribunal de Contas do Estado que apuram as irregularidades praticadas pela Construtora Valor. A empreiteira é acusada de, em conluio com agentes públicos, de receber verbas estaduais e federais para construção e reforma de escolas, sem concluir ou até mesmo iniciar as obras para as quais tinha sido contratada.

A secretária da Educação, Ana Seres, encaminhou ofício ao Tribunal de Contas relatando irregularidades no contrato de reforma do Colégio Estadual Amâncio Moro, de Curitiba. Seu ofício foi protocolado dia 11 de abril passado e autuado no dia seguinte, abrindo-se o processo 303.857/16.

Relata a secretária que a Valor recebeu R\$ 2.932.480,00, mas que as verificações sobre o estado da obra indicaram ter havido um dispêndio irregular — isto é, pagamento por serviços não realizados na escola Amâncio Moro — de R\$ 1.125.228,13. Ana Seres requer ao Tribunal de Contas medidas para ressarcimento dos prejuízos sofridos pelo erário.

No último dia 18, o conselheiro Durval Amaral acatou a solicitação da Secretaria da Educação e determinou a citação de 15 envolvidos, entre eles o dono, diretores e laranjas da construtora, além dos agentes públicos envolvidos, para que prestem esclarecimentos no prazo de 15 dias. Mandou também que sejam remetidas “todas as principais peças dos autos ao Ministério Público Estadual, à Secretaria da Receita Federal e à Procuradoria-Geral do Estado, para as medidas cabíveis nos respectivos âmbitos de atuação.”

Para relembrar: a maracutaia foi denunciada em maio do ano passado pelo ex-superintendente da Sude (Superintendência de Desenvolvimento Educacional, vinculada à SEED), Jaime Sunyé Neto, que apontou que, em pelo menos sete obras de sua responsabilidade, a construtora Valor tinha recebido pagamentos sem concluí-las.

A artimanha era conduzida pelo então diretor de Engenharia da Sude, Maurício Fanini, que mandava fazer medições superiores ao estágio real das obras e autorizava os pagamentos. Os desvios passariam de R\$ 20 milhões.

Por ordem de Beto Richa, a Polícia Civil investigou o caso, assim como o Ministério Público, por meio do Gaco. Em ambas as apurações foi verificada a participação de outros agentes públicos — alguns com prerrogativa de foro, como o próprio conselheiro Durval Amaral e o presidente da Assembleia, deputado Ademar Traiano. O MP encaminhou o inquérito à Procuradoria Geral da República para eventual denúncia ao Superior Tribunal de Justiça.

Até o momento, só há um preso: o dono da Valor, Eduardo Lopes de Souza. Fanini e outros servidores públicos estão soltos.

OLHO VIVO

ANÔNIMAS PROPINAS I

Beto Richa recebeu carta anônima com conteúdo explosivo. Segundo a correspondência, pessoas importantes do seu governo estariam envolvidas em malfeitos graves — teriam recebido comissões de grandes empreiteiras (todas envolvidas na Lava Jato) para, supostamente, favorecê-las na implantação de seis centros logísticos regionais, além de participações em projetos de infraestrutura. Preocupado com as denúncias, o governador pediu que investigações ficassem a cargo da Polícia Federal. Richa foi atendido e o primeiro a ser ouvido pela PF.

ANÔNIMAS PROPINAS II

As diligências iniciais indicaram que quatro dos supostos envolvidos gozam de prerrogativa de foro e, em razão disto, o caso foi levado ao Superior Tribunal de Justiça, que autorizou o prosseguimento das investigações e determinou o trâmite em sigilo de justiça. Foram identificadas contas no exterior que teriam (ou seriam) usadas para o depósito das propinas. As contas estão em nome de três empresas: Atef, Golden Path e Pegasus, registradas em paraísos fiscais. Em razão do sigilo, desconhece-se, até o momento, o estágio das investigações.

30 ABR 2016

01 MAI 2016

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



02 MAI 2016

GAZETA DO POVO

TJ decide hoje se aceita denúncia contra Nelson Justus

● DIÁRIOS SECRETOS

Tribunal de Justiça decide hoje se aceita denúncia contra Nelson Justus

Deputado estadual é
acusado de
comandar um
esquema de desvio
de recursos na
Assembleia
Legislativa do
Paraná

Katia Brembatti

● Os rumos do processo criminal contra o deputado estadual Nelson Justus (DEM) devem ser definidos nesta segunda-feira (2), pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná. Cabe ao colegiado de 25 desembargadores decidir se aceita a denúncia que foi encaminhada pelo Ministério Público, acusando o ex-presidente da Assembleia Legislativa de comandar um esquema de desvio de recursos públicos por meio de funcionários fantasmas. O caso veio à tona em 2010, revelado pela série de reportagens Diários Secretos, produzida em parceria pela **Gazeta do Povo** e pela RPC.

O processo criminal foi enviado ao tribunal em fevereiro do ano passado, mas ainda não começou oficialmente a tramitar. Na segun-



Ministério Público acusa Justus de comandar esquema de funcionários fantasmas na Alep.

da instância, a apreciação para aceitar a ação só acontece depois da apresentação da defesa prévia. Contudo, a assessoria jurídica do deputado alega que a notificação para apresentar os argumentos de defesa foi enviada a outros advogados que não teriam relação com o caso. Procurado, o tribunal informou, por meio da assessoria de imprensa, que não se pronunciaria sobre a situação porque o processo está sob segredo de Justiça.

A tramitação do processo está atrasada em mais de um ano — em tese, o prazo de defesa é de 15 dias. Com direito a foro privilegiado, o deputado só pode ser alvo de uma ação penal caso o Órgão Especial acredite que a investigação feita pelos promotores tem indícios de autoria e prova de materialidade dos crimes atribuídos a Justus. Só depois da aceitação é interrompido o prazo de prescrição (perda do poder de punir).

CONTINUA

02 MAI 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

A análise do caso estava prevista para a sessão do Órgão Especial de duas semanas atrás, mas foi adiada por um pedido da defesa. A relatoria do caso está com o desembargador Guilherme Freire de Barros Teixeira. A ação criminal protocolada detalha que núcleos familiares foram contratados no gabinete da presidência e que muitas dessas pessoas não trabalhavam para a Assembleia nem sabiam dizer que funções desempenhavam.

A investigação também mostrou que os saques nas contas dos funcionários aconteciam, em frações de segundo, sequenciais, no posto bancário instalado na própria Assembleia. Sempre as mesmas pessoas retiravam o dinheiro. Os gastos com salários no gabinete da presidência chegavam a R\$ 1 milhão por mês. O ex-diretor-geral da Assembleia Abib Miguel, o Bibinho, também é citado na denúncia, por falsidade ideológica.

ARQUIVAMENTO

A situação judicial de outro político paranaense também deve ser analisada nesta segunda-feira (2). Os desembargadores do Órgão Especial irão decidir se aceitam o pedido de arquivamento de uma investigação contra o deputado estadual Bernardo Ribas Carli. A solicitação foi feita pelo próprio Ministério Público. A promotoria estava apurando o uso de verba de gabinete para o pagamento de assessoria jurídica na defesa em ações eleitorais. O deputado teria alegado que, por estar relacionado ao mandato, acreditou que poderia usar o dinheiro para tal fim e propôs devolver o valor, com correção.

02 MAI 2016

GAZETA DO POVO

IMPASSE

TC discute legalidade da inscrição de Fábio Camargo

Albari Rosa / Gazeta do Povo



Fábio Camargo: vaga vitalícia em questão.

Um pedido para anular, ainda em 2013, a inscrição do então deputado estadual Fábio Camargo a uma vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná deve ser analisado nesta segunda-feira (2). Depois de várias decisões liminares – ora retirando Camargo do cargo, ora permitindo que assumisse – está em vias de ser julgado, pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, o mérito da questão. O administrador de empresas Max Schrappe, concorrente à vaga no TC, entrou com um mandado de segurança alegando que Camargo desrespeitou uma regra da inscrição. Ele deveria juntar na candidatura uma certidão negativa de ações criminais no TJ. Ao ser alertada sobre a falta do documento, a comissão de eleição juntou ao processo uma certidão positiva – ou seja, em

que constavam ações – e considerou que a inscrição estava regular uma vez que seriam casos de menor potencial ofensivo.

Gustavo Sartor de Oliveira, advogado de Max, alega que houve falha na inscrição, que deveria ser anulada. Também alega que o ex-deputado não teve os votos necessários para se eleger conselheiro, uma vez que a regra estabelece metade do número de votantes mais um. Agora, os 25 desembargadores do Órgão Especial devem analisar se os argumentos do concorrente procedem, o que poderia tirar a vaga vitalícia de Fábio Camargo no Tribunal de Contas. Assim como aconteceu em outras situações envolvendo o filho, o desembargador Clayton Camargo – que é integrante do Órgão Especial – deve apresentar sua suspeição e não participar da análise do caso.

02 MAI 2016

GAZETA DO POVO

BENESSES

Pastor Edson Praczyk (PRB) é acusado de peculato

● Também está em jogo a admissibilidade de processo criminal no Tribunal de Justiça contra outro deputado estadual: pastor Edson Praczyk (PRB). Na sessão desta segunda-feira (2), o Órgão Especial analisará a proposta de ação penal feita pelo Ministério Público, que acusa o parlamentar de manter uma funcionária fantasma em seu gabinete na Assembleia Legislativa, entre 2001 e 2005.

De acordo com a investigação, uma funcionária seria responsável por gerir as contas bancárias dos supostos fantasmas. Esses servidores seriam pessoas ligadas a igrejas evangélicas – pastores, mulheres de pastores e obreiros da Igreja Universal, da qual Praczyk é pastor. De acordo com a denúncia, um funcionário do parlamentar se aproximou de uma vizinha, Rosemary de Amorin, que fazia reuniões

Antônio More / Gazeta do Povo



Praczyk: supostos fantasmas na Assembleia.

periódicas de orações em sua casa. Como ela estava passando por dificuldades, o assessor pediu os documentos dela, para que fossem abençoados. "Movida pela fé e em uma situação financeira difícil, Rosemary franqueou a Luiz seus documentos pessoais acreditando que receberia alguma ajuda", diz um trecho da denúncia. À época da investigação, o deputado disse, na tribuna da Assembleia, que não mantinha funcionários fantasmas em seu gabinete. Ele afirmou que a servidora que teria dado procuração para que outra pessoa gerisse a conta e que ela era recepcionista em seu gabinete. "Apaixonou-se por um pastor, casou-se com ele", disse Praczyk. Depois disso, teria se mudado para outra cidade, mas continuou ligada ao gabinete, como agente política no interior do estado.

02 MAI 2016

GAZETA DO POVO

ADOÇÃO

Número de crianças adotadas por estrangeiros cai 63%

● O número de casais estrangeiros que adotaram crianças brasileiras diminuiu 63,6% nos últimos cinco anos. As informações são do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Segundo o CNJ, em 2010, houve 316 adoções internacionais e, no ano passado, 115. Existem, atualmente, 135 pretendentes estrangeiros habilitados para adoção. Para o CNJ, a adoção por pais estrangeiros é uma medida extrema. De 2010 a 2015, ocorreram 1.409 adoções internacionais. No ano passado, os estados que registraram mais adoções desse tipo foram São Paulo (35), Rio de Janeiro (20), Minas Gerais (16), Santa Catarina (14), Pernambuco (9) e Espírito Santo (8). Das 115 adoções internacionais realizadas em 2015, 90 foram feitas por italianos, e as demais por franceses, espanhóis e norte-americanos. Para o coordenador-geral substituto da Acaf, Antônio Carlos Parente, uma das razões para a queda no número dessas adoções é a crise econômica europeia.

GAZETA DO POVO

Juiz da Publicano
é cauteloso sobre
fama inesperada

02 MAI 2016

JUSTIÇA

“O juiz não pode cair na celebrização”

Juliano Nanuncio, responsável pelas ações das operações Voldemort e Publicano, faz alerta sobre os riscos da fama repentina de magistrados

LONDRINA

Fábio Silveira,

especial para a Gazeta do Povo

● O julgamento de processos que causam preocupação no centro do poder político estadual e que têm grande repercussão no Paraná, caso das ações penais das operações Voldemort e Publicano — que investigam fraude em uma licitação para o conserto de carros oficiais do governo do Paraná e corrupção na Receita Estadual —, não mudou nada na vida do juiz da 3.^a Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio. Pelo contrário, ele tenta trabalhar num ambiente de normalidade. “Todos os dias nós julgamos, condenamos e absolvemos inúmeros casos e isso evidentemente não chega ao conhecimento da mídia, da sociedade. A não ser das pessoas que estão diretamente ligadas [aos processos], mas isso é uma coisa que acontece todos os dias, em todas as comarcas, com todos os juizes”, explicou Nanuncio, que recebeu a *Gazeta do Povo* em seu gabinete, em Londrina, na última quarta-feira.

A explicação sintetiza a forma como Nanuncio trata os dois casos para os quais recebeu uma designação especial do Tribunal de Justiça (TJ-PR) para julgar com exclusividade — o Tribunal nomeou uma juíza substituta para cuidar dos outros processos da 3.^a Vara Criminal de Londrina. “Pode ser uma causa desconhecida ou de repercussão nacional. Você precisa ter o mesmo tipo de atitude, ou seja, decidir conforme a sua consciência, mas fundamentalmente de acordo com as provas que foram juntadas”, disse o magistrado. “Não é porque há repercussão que será julgado de outra maneira”, completa.

Julgamentos na esfera penal de políticos ou de pessoas próximas a grupos políticos que estão no exercício do poder são uma novidade no Brasil. E uma novidade que lançou alguns juizes para o centro da arena pública, ainda que involuntariamente. São os casos do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, que foi o relator do mensalão do PT, em 2012, e de Sérgio Moro, da Justiça Federal, que está à frente da Lava Jato. Como Moro, Nanuncio também se formou em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), embora não tenham sido contemporâneos.

Em cerca de uma hora de entrevista, Nanuncio demonstrou discrição e cautela. Foi cuidadoso para evitar os riscos de uma “fama” inesperada e indesejada por causa da repercussão dos processos que está julgando. “O juiz não busca isso”, afirma, sobre a “fama” repentina adquirida involuntariamente por alguns magistrados, às custas desses casos ru-morosos.

Ele admite que ações como as da Operação Publicano fogem à normalidade, a começar pelo aspecto técnico. “Não é comum um processo criminal com mais de 50 réus, por exemplo”. O outro aspecto que dá notoriedade a casos como os que estão sob a responsabilidade de Nanuncio — e aos juizes que o julgam —, é que no Brasil, historicamente, os processos penais atingem, na grande maioria dos casos, as pessoas menos favorecidas.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

“Quando se observa que qualquer pessoa de fato, todas as pessoas, estão sujeitas à lei e isso passa a ser observado concretamente num país em que você tem uma cultura justamente de que parece que crimes organizados ou os chamados crimes colarinho branco passam ao léu da Justiça, isso chama justamente a atenção da sociedade”, pontua o juiz.

Nanuncio rejeita algumas ideias, como a de que juizes se tornem “celebridades” ou de que esteja ditando regras e dando “receitas”. “Não gosto de falar de receita porque parece que estou dando um conselho”, refuta.

Nanuncio não tem perfil em redes social, mais por temperamento do que pelo fato de ser juiz. “Mas também, se eu quisesse ter, pensaria duas vezes”. E justifica: “o juiz demonstra uma posição política na internet, depois cai um julgamento sobre algo que envolve aquele partido. Ele pode até ser imparcial, mas não vai parecer imparcial. Ninguém vai acreditar na imparcialidade dele”.

Nanuncio tem uma biblioteca em casa, mas é difícil obter uma indicação do que ele lê. “Citar livros? Eu fico com receio de citar alguma coisa assim. Parece que isso é uma pergunta para uma pessoa que não é juiz. Parece meio celebridade.”

Juliano Nanuncio fez pós em Portugal

● O juiz Juliano Nanuncio (foto) nasceu em Jandaia do Sul, tem 36 anos de idade e 12 de magistratura. Formou-se com láurea acadêmica e fez pós-graduação em Direito Processual Penal pelo Instituto de Direito Penal Económico e Europeu — IDPEE, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em Portugal. Foi juiz substituto em Pato Branco, atuou em Chopinzinho, Coronel Vivida, Alto Piquiri,

Francisco Beltrão, Colorado, Cascavel e está à frente da 3.ª Vara Criminal de Londrina desde 2010.

Desde julho de 2015 ele recebeu a designação para atuar exclusivamente nas ações penais de dois casos investigados pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco): as operações Voldemort e Publicano.

Na Voldemort, o Ministério Público denunciou seis pessoas sob a acusação de fraude numa licitação do Departamento de Transportes (Deto), órgão da Secretaria Estadual de Administração e Previdência (Seap), cujo objetivo era contratar uma oficina para fazer a manutenção da frota do Estado na região de Londrina. Os principais acusados são o empresário Luiz Abi Antoun, parente do governador Beto Richa (PSDB) e o ex-diretor do Deto, Ernâni Delicato. Segundo a denúncia, a oficina que venceu a licitação para um contrato emergencial de seis meses pertenceria a Abi, que seria o beneficiário da suposta fraude. Ele nega a acusação.

Na Publicano, que apura corrupção na Receita Estadual, são quatro ações penais, com mais de 250 denunciados. A ação referente à primeira fase é a que está mais adiantada: entre fevereiro e abril foram ouvidas testemunhas de defesa e acusação e interrogados 50 réus.



“O juiz precisa tomar muito cuidado com isso (notoriedade), porque uma das suas principais obrigações é a da imparcialidade.”

02 MAI 2016

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

Rivalizando com a noiva

O juiz Sergio Moro roubou a cena no almoço de um casamento a que compareceu no último sábado no restaurante Tartine. Foi assediadíssimo com pedidos para *selfies*, todos devidamente atendidos.



Nelson Willians, Paulo Vasconcelos, Fabrício de Macedo, Antonio Espolador, Renata Ramalhosa e Sérgio Moro.



Anibal Tacla, Fabrício de Macedo, João Carlos Perussolo e Marlus Dória.

COMBATE À CORRUPÇÃO

Os efeitos da corrupção na economia e na sociedade estiveram em foco durante o jantar-debate promovido pelo Grupo de Líderes Empresariais. O evento do LIDE Paraná aconteceu no Castelo do Batel e contou com a presença do juiz Sérgio Moro.

FOTOS ERLI SHADE E MAIDERON III



Sérgio Moro, Rosângela Moro, Débora Mattos, Anne C. Vieira e Adriana Gava.



Eduardo, Karla e Leonardo Petrelli.



Fabrício de Macedo e Sérgio Moro.



Fabrício M. Macedo, Marina Massaki, Sérgio Moro e Mathie Rayon.

30 ABR 2016

FOLHA DE LONDRINA

STF apura novos crimes

contra Eduardo Cunha Inquéritos investigam o uso do mandato pelo presidente da Câmara dos Deputados para a prática de atos criminosos

Aguirre Talento e
Márcio Falcão

Folhapress

Brasília - Os dois novos inquéritos abertos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em segredo de Justiça, contra o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), investigam o uso de seu mandato para práticas criminosas. Em um deles, a linha de investigação é o uso do mandato de Cunha e de deputados próximos para pressionar o grupo Schahin e favorecer o corretor de valores Lúcio Bolonha Funaro. No outro, o foco é a atuação de Cunha pela aprovação de medidas provisórias no Congresso Nacional em favorecimento a aliados, como o banqueiro André Esteves, ex-presidente do BTG Pactual, e o ex-presidente da OAS Léo Pinheiro.

Os objetos de ambos inquéritos são os crimes de corrupção ativa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, já havia escrito no pedido de afastamento de Cunha, protocolado junto ao Supremo, que o peemedebista tem praticado "desvio de finalidade" no seu mandato parlamentar.

Na peça, Janot lista diversas medidas provisórias suspeitas de terem sido manipuladas

por Cunha para favorecimento indevido a Léo Pinheiro, de quem o deputado era próximo. Os indícios apontados são mensagens encontradas no celular do empreiteiro.

Uma delas é a MP 584/2012, que concedia isenção às empresas vinculadas às Olimpíadas de 2016. "No mesmo dia, Cunha perguntou se na Medida Provisória 584/2012 há emendas da OAS e da prefeitura e que estaria vendo com Dornelles, referindo-se ao deputado Francisco Dornelles. Alguns dias depois, Cunha cobrou o pagamento de valores, que, pelo teor das conversas anteriores, era em duas partes: R\$ 1.500.000,00 e R\$ 400.000", escreveu Janot.

Já em relação ao Schahin, a suspeita é que requerimentos na Câmara de convocação de diretores do grupo foram usados para pressioná-los por causa de uma disputa comercial com Funaro. Neste caso, além de Cunha, outros deputados aliados dele também devem ser investigados. Há requerimentos contra a Schahin assinados por vários parlamentares próximos a Cunha, como os hoje ex-deputados Nelson Bornier (PMDB-RJ) e Alexandre Santos (PMDB-RJ).

Dois empresários do grupo, os irmãos Milton e Salim Schahin, até disseram em depoimentos que foram ameaçados de morte por Funaro.

OUTRO LADO

Cunha, por meio de sua assessoria, nega as acusações do uso do mandato para práticas criminosas. Ele também tem dito que não responde por requerimentos apresentados por outros deputados.

A reportagem não localizou a defesa de Léo Pinheiro.

A defesa de André Esteves afirma que "não há nenhuma irregularidade" da parte dele e que vai aguardar o andamento das investigações.

Funaro, em documento enviado ao Supremo por seu advogado, chamou de "absurda" a acusação de ameaça de morte, disse que "jamais" teria influência para fazer Cunha agir em seu favor e sustentou que o grupo Schahin merecia ser investigado justamente por estar envolvido em irregularidades comprovadas na Operação Lava Jato.

Procurada ontem, a assessoria do governador interino do Rio, Francisco Dornelles, não respondeu até a conclusão desta reportagem.

30 ABR 2016

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Impunidade na República

Importante a celebração do massacre ontem que atraiu até um prêmio Nobel da Paz, o argentino Esquivel, para abrilhantá-la e conferir-lhe dimensão mundial. Ela se ajusta ao ciclo mundial do terrorismo, entre outros do Exército Islâmico, no universo conturbado e pela específica circunstância de ser de cima para baixo, do poder contra a população de professores e estudantes. E ela ganhou capilaridade sendo festivamente comemorada em várias cidades paranaenses.

Há quem ache exagerado compará-la a ocorrências mundiais, como fez o presidente da APP, Hermes Leão, como a bomba sobre Hiroshima e Nagasaki, o atentado suicida contra as torres gêmeas, esquecendo-se que o exagero é um instrumento didático extraído da realidade ou da ficção bíblica como a luta entre Davi e Golias decidida por um fundamento ético-religioso ou a intervenção da graça divina. O exagero é uma necessidade ainda mais quando trata de brutal covardia como a exercida pelo governo Beto Richa e seus comandos da segurança na evidente desproporcionalidade entre manifestantes e repressores. Da mesma forma, o massacre é uma expressão ajustada a algo que foi comparado à tela épica de Picasso na Guerra Civil espanhola no transbordamento estético do ataque aéreo a Guernica. Quando o governador afirma que a situação fiscal está resolvida também exagera, pois não estão pagando promoções e progressões em numerosos setores do funcionalismo estadual, jogando para o Judiciário ações singelas que se transformarão em precatórios.

Pois apesar de estarmos na República de Curitiba, e nele envolvidos os ministérios públicos da União e do Estado, até agora, afora uma ação de improbidade, nada prosperou no campo criminal e até por isso indispensável se torna todo o aparato celebratório e a respectiva cobrança contra a impunidade e as acomodações de ordem política que visam jogar tudo no esquecimento, como é tradição da aldeia que exceções como a "Publicano" e a "Quadro Negro" se prestam para confirmar a regra.

Não tem cabimento a analogia que se faz com as bombas de efeito moral, também contra os professores em 1988, governo Alvaro Dias, em que tudo se deu devido à ação de radicais que intentaram invadir o Palácio Iguaçu e a ação dissuasória da PM não poderia ser outra. Alvaro pagou uma penitência pesada em sua carreira por um motivo menos grave e é justíssimo que se faça algo parecido com Beto Richa para que expie seus pecados como o seu clássico antecessor histórico e até, dias atrás, seu correligionário,

30 ABR 2016

FOLHA DE LONDRINA

Moro aceita denúncia contra João Santana e Odebrecht

Felipe Bächtold

Folhapress

São Paulo - O juiz Sérgio Moro aceitou a denúncia do Ministério Público Federal contra o publicitário João Santana, a mulher dele, Mônica Moura, o ex-presidente da Odebrecht Marcelo Odebrecht e mais nove pessoas. Eles são acusados de organização criminosa e de lavagem de dinheiro desviado da Petrobras. O despacho do juiz foi publicado ontem. Com a decisão, o casal, preso desde fevereiro no Paraná, se torna réu pela primeira vez na Lava Jato.

A denúncia envolve pagamentos de um setor da Odebrecht apelidado de departamento de "propinas". Segundo o Ministério Público Federal, Santana e a mulher receberam da empreiteira em dinheiro vivo ao menos R\$ 23,5 milhões no Brasil e mais US\$ 3 milhões em pagamentos no exterior.

Para os procuradores, os pagamentos foram feitos a mando do PT - o ex-tesoureiro do partido João Vaccari Neto também foi incluído no processo.

Santana foi o responsável pelas três últimas campanhas presidenciais do partido. O Ministério Público Federal sustenta que o dinheiro foi desviado da Petrobras porque as contas da Odebrecht no exterior usadas para pagar o casal também foram utilizadas para repasses a agentes da estatal.

O processo está ligado a investigações da 23ª e da 26ª fases da Lava Jato.

Uma peça-chave do caso é a funcionária da Odebrecht Maria Lúcia Tavares, que relatou o funcionamento da divisão da empreiteira que pagava políticos.

No despacho, Moro citou como justificativa para o recebimento da denúncia os depoimentos de Maria Lúcia e disse que "documentos suportam as afirmações".

Para o Ministério Público Federal, anotações no celular de Marcelo Odebrecht mostram que ele tinha conhecimento de repasses da construtora para "Feira" - termo considerado um apelido de Santana. Outros cinco ex-executivos e funcionários da empreiteira também viraram réus.

30 ABR 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

PT no TSE

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou com ressalvas a prestação de contas do Partido dos Trabalhadores (PT) referente ao exercício financeiro de 2010. O ministro Luiz Fux determinou que o partido recolha aos cofres públicos R\$ 7 milhões com recursos próprios, e destine 5% dos recursos recebidos pelo Fundo Partidário em 2010, acrescidos de 2,5%, na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres em 2017.

Doações suspeitas

Na decisão, Fux argumenta que o PT não atendeu as exigências para o uso dos recursos repassados do Fundo Partidário. O ministro sugeriu o encaminhamento dos autos ao Ministério Público Federal, em razão dos "indícios de irregularidades em recebimentos de doações de pessoas físicas e jurídicas que mantêm contratos firmados com a Administração Pública". Na mesma sessão, PCO e PSC também tiveram as contas aprovadas com ressalvas. Também decisão de Luiz Fux.

Reprovações

Também no TSE, o ministro Herman Benjamin, desaprovou, em decisões individuais, as prestações de contas do PPS e do DEM, e aprovou com ressalvas as do PP, do PTB, do PT do B e do PR. Todas do exercício de 2010. Ao desaprovar as contas do PPS e do DEM, o ministro determinou que os partidos devolvam, respectivamente, R\$ 957.409,60 e R\$ 4.947.545,98 ao erário, com recursos próprios. O relator também suspendeu o repasse de cotas do Fundo Partidário ao PPS por um mês e ao DEM por três meses.

30 ABR 2016

FOLHA DE LONDRINA

Prefeito de Japira é cassado e irmão assume posto

Loriane Comeli

Reportagem Local

Delegado de polícia aposentado, Luiz Cláudio de Oliveira Santos (SD), mais conhecido como Capotão, tomou posse ontem como prefeito de Japira, pequeno município no Norte Pioneiro, no lugar do irmão, Wilson Ronaldo Rony de Oliveira Santos (PSDB), com quem está rompido. A solenidade de posse ocorreu às 18 horas na Câmara Municipal de Japira.

Rony perdeu o mandato porque transitou em julgado – após 10 anos – decisão que o condenou à suspensão dos direitos políticos em razão de improbidade administrativa. Prefeito de Japira por dois mandatos consecutivos, entre 1997 e 2004, o tucano teve as contas de 2002 rejeitadas pelo Tribunal de Contas (TC) do Paraná. Com base na auditoria do TC, o Ministério Público ajuizou ação de improbidade, em 2006, que acabou sendo julgada procedente em todas as instâncias.

O último recurso foi negado na semana passada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). “O processo transitou em julgado. Não há mais possibilidade de recursos”, declarou o advogado de Rony, Guilherme Gonçalves.

Capotão afirmou ontem à FOLHA que não mantém com relações com o irmão desde 2014, mais ou menos um ano após o início do governo em que eram aliados, já que o delegado era o vice-prefeito da cidade. Ele evitou

falar das desavenças com Rony, mas jogou sobre o ex-aliado toda a responsabilidade pela “grave crise financeira” na qual está mergulhado o município. “As dívidas somam mais de R\$ 1,5 milhão”, contabilizou. “Isso se deve à má gestão. Vamos apurar o que aconteceu.”

Nos oito meses que restam para terminar o mandato, Capotão disse que pretende renegociar com credores e colocar as contas em dia. Também pretende trocar todos os oito secretários. “A prefeitura se encontra em total dificuldade. O novo prefeito vai ter sérios problemas para colocar as contas em dias”, avaliou o presidente da Câmara, Lauro da Saúde (DEM).

01 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Calculadora

Conforme a FOLHA mostrou essa semana, o eleitorado londrinense deve superar os 350 mil, cerca de 20 mil a mais do que na última eleição, em 2014. Como a atualização de dados será feita depois de quarta-feira, dia 4, último dia para inscrição na Justiça Eleitoral em tempo de votar em outubro, o colégio municipal vai crescer ainda mais, principalmente pela procura dos jovens entre 16 e 18 anos. Os números estão em todas as reuniões partidárias, afinal, interferem diretamente no quociente eleitoral.

Projeção

Considerando uns 15% de votos nulos e brancos, o quociente eleitoral para Londrina deverá ficar entre 15 mil e 16 mil votos. Ou seja, esse será o número de votos que o partido ou coligação precisará ter para emplacar um candidato. Não será fácil, principalmente para os partidos que não tiverem um bom nome na disputa majoritária.

PT no TSE

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou com ressalvas a prestação de contas do Partido dos Trabalhadores (PT) referente ao exercício financeiro de 2010. O ministro Luiz Fux determinou que o partido recolha aos cofres públicos R\$ 7 milhões com recursos próprios, e destine 5% dos recursos recebidos pelo Fundo Partidário em 2010, acrescidos de 2,5%, na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres em 2017.

02 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

Para jurista, financiamento público é inevitável

Idealizador do fim das doações
eleitorais por empresas, o
ex-presidente da OAB, Ophir
Cavalcante Júnior, acredita que
falta de recursos vai fazer políticos
repensarem campanhas

“As campanhas passaram a ser
uma ilha da fantasia. O eleitor via o
personagem, não via o cidadão, com
todas as suas qualidades e defeitos”

Loriane Comeli
Reportagem Local

O ex-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante Júnior, idealizador da ação direta de inconstitucionalidade (ADI) que resultou no fim das doações eleitorais por empresas, acredita que será inevitável discutir o financiamento público de campanhas. Em entrevista à FOLHA, disse que neste ano, com as eleições municipais, a partir do teste da proibição do financiamento privado é que será possível saber quais ajustes a norma precisa.

“Eu penso que os candidatos a vereador vão ter de gastar a sola do sapato, ir de casa em casa, bater de porta em porta, explicar a sua proposta, voltar ao santinho, debater em cen-

tros comunitários”, prognosticou. “Com menos dinheiro, a criatividade vai voltar. A gente espera que as campanhas sejam mais franciscanas, e não tão megalômanas e tão irrealis como são hoje”.

Presidente da Ordem entre 2010 e 2012, ele lembrou que as milionárias campanhas eleitorais ofereciam candidatos pasteurizados. “As campanhas passaram a ser uma ilha da fantasia, uma irrealidade, que fugia do razoável. O eleitor via o personagem, não via o cidadão, com todas as suas qualidades e defeitos”.

E eram milionárias justamente em razão da contribuição de empresas, “entes criados por uma ficção jurídica que não votam e nem podem ser votados”. “Cada homem um voto é que diz o princípio

republicano. E a doação por empresas causa desequilíbrio entre candidatos”, explicou o jurista.

Ele acredita que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) vai fazer com que os políticos repensem o financiamento das campanhas, o que atinge outro objetivo dos advogados: fazer com que a reforma política deixe de ser promessa dos sucessivos governos a partir da redemocratização e comece a ser feita, de fato.

CONTINUA

02 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Cavalcante Júnior defende um "debate matemático", que demonstraria que o custo das doações privadas é infinitamente maior do que o financiamento público integral. Hoje, apontou ele, já há gastos públicos, como o horário eleitoral partidário e fundo partidário.

"Tenho certeza que se nós fizermos essa conta, os valores que a sociedade vai financiar são bem menores do que os hoje gastos. A sociedade não está computando aquilo que sai por debaixo dos panos, no ralo da corrupção. Proporcionalmente, é muito maior", afirmou.

Para ele, o financiamento público poderá fazer frente ao possível incremento do caixa dois, expediente ilegal já utilizado largamente em muitas campanhas que, segundo análise de muitos políticos, poderia ser ainda mais comum com o fim do financiamento privado. "Ao propor esta ação, a Ordem nunca teve a ingenuidade de achar que ia acabar com a corrupção", afirmou o advogado. "Há um preconceito, e eu respeito as opiniões contrárias, sobre o financiamento público de campanhas, mas o debate será inevitável justamente em razão da falta de recursos".

Foi também durante o mandato de Cavalcante Júnior que a OAB posicionou-se favoravelmente à Lei da Ficha Limpa, projeto de iniciativa popular que impediu candidatos condenados em segunda instância de disputarem eleições. "Aquele lei defendida por toda a sociedade inaugurou um novo tempo na política brasileira, no qual os partidos começaram a ter responsabilidade maior na seleção de seus candidatos", resumiu. O advogado esteve em Londrina na semana passada para ministrar a aula inaugural do curso de formação política promovido pela OAB e outras entidades.

O ESTADO DE S. PAULO

Odebrecht critica juiz em petição em Portugal

Empresa questiona condução da Lava Jato pelo magistrado Sérgio Moro no Ministério Público em Lisboa para evitar compartilhamento de dados

Jamil Chade

CORRESPONDENTE / GENEBRA

A Odebrecht questiona na Justiça de Portugal a condução feita pelo juiz Sérgio Moro da Operação Lava Jato para evitar que haja colaboração das autoridades do país europeu com o Brasil nas investigações referentes a pagamentos e contas bancárias da empresa em bancos portugueses.

A apelação da empresa no Ministério Público de Lisboa levou o órgão a formar um conselho consultivo para avaliar o caso. No dia 18, houve recomendação pela manutenção de uma cooperação já existente com a Procuradoria-Geral da República, no Brasil.

No recurso, os advogados contratados pela Odebrecht questionam o princípio da isenção aplicado pelo magistrado. “O juiz de instrução (Sérgio Moro) que conduz o processo deixa dúvidas sérias sobre a sua imparcialidade, independência e isenção, e que, permitindo o sistema brasileiro que esse juiz seja também o juiz de julgamento, apesar de ter decretado a prisão preventiva de arguidos no processo e de ter intervindo na sua instrução, mostrar-se-ia também violado o princípio do acusatório, que é fundamental e estruturante da ordem jurídica portuguesa”, apontam os advogados.

Nos documentos entregues pela Odebrecht para justificar o bloqueio na transmissão de dados, a construtora alega ainda que a “Operação Lava Jato tem sido conduzida pelas autoridades brasileiras em violação da lei brasileira e de princípios fundamentais e de ordem pública do Estado português, designadamente da garantia a um proces-

• 'Dúvidas'

“O juiz de instrução (Sérgio Moro) que conduz o processo deixa dúvidas sérias sobre sua imparcialidade, independência e isenção”

ODEBRECHT A MP DE PORTUGAL

so justo e equitativo assegurada Convenção Europeia dos Direitos do Homem, em virtude de a prova recolhida naquele processo se basear em acordos de delação premiada, aos quais conteriam cláusulas violadoras”.

A empreiteira questiona também o instrumento da delação premiada e a forma como as provas são colhidas pela força-tarefa da Lava Jato. Segundo os advogados, há violação da “legalidade penal, do direito ao silêncio, do direito a não autoincriminação e do direito ao recurso e da igualdade de armas, para além de terem sido negociados mediante a instrumentalização da prisão preventiva como coação dos arguidos, o que tudo torna tais acordos inadmissíveis na ordem jurídica portuguesa”.

A recomendação do conselho pela manutenção da colaboração com o Brasil enviado à Procuradoria de Lisboa agora será avaliada com forte possibilidade de ser acatada.

É a segunda vez que a empresa tenta evitar colaboração internacional de conteúdo acusatório contra a cúpula da empresa. Na Suíça, a empresa tentou evitar que os dados fossem transmitidos ao Brasil. Mas o Ministério Público de Berna manteve a cooperação, mesmo sendo obrigado a refazer o processo para atender às exigências legais. No caso da Suíça, a

Odebrecht entrou com mais de um recurso na tentativa de frear o uso dos documentos bancários da empresa em contas secretas em Genebra.

Ontem, o juiz federal Sérgio Moro acatou denúncia contra o dono da empresa, Marcelo Odebrecht. Uma das acusações é referente a pagamento de propina a intermediários em contrato feito entre a Petrobrás e uma empresa holandesa, utilizando

30 ABR 2016

O ESTADO DE S. PAULO Janot diz que só MP pode propor delação

Procurador-geral da República pede ao Supremo que proíba a Polícia Federal de fechar acordos de colaboração; entidade de delegados reage

Isadora Peron / BRASÍLIA

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu que o Supremo Tribunal Federal proíba a Polícia Federal de fechar acordos de delação premiada sem a participação do Ministério Público. Na ação, protocolada ontem, Janot solicita que sejam considerados inconstitucionais trechos da lei que combate organizações criminosas e permite que a PF também feche esse tipo de acordo de colaboração com investigados.

O argumento principal da peça apresentada pela Procuradoria-Geral da República é que a legitimidade para propor e negociar delações premiadas é "privativa" do órgão. "Compete ao Ministério Público dirigir a investigação criminal, no sentido de definir quais provas considera relevantes para promover a ação penal, com oferecimento de denúncia, ou arquivamento. Isso não exclui nem diminui o importante trabalho da polícia criminal, nem implica atribuir ao Ministério Público a 'presidência' de inquérito policial", afirma a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) apresentada por Janot à Corte.

Apesar disso, Janot pede que, se ação for aceita pelo Supremo, a validade dos acordos já firmados pela Polícia Federal seja mantida para evitar prejuízos às investigações em curso. A ação apresentada pelo procurador-geral da República ficará sob a relatoria do ministro Marco Aurélio Mello.

Os acordos de delação premiada ganharam evidência com a Operação Lava Jato, que

apura esquema de corrupção e desvios na Petrobrás. Por meio desse instrumento jurídico, uma pessoa que cometeu um crime se compromete a colaborar com as investigações e denunciar outros envolvidos em malfeitos em troca de eventuais benefícios, como a redução da pena, por exemplo.

Na semana passada, Janot afirmou que a Operação Lava Jato firmou, até agora, 65 acordos de delação premiada. A colaboração de investigados, no entanto, causa polêmica no meio jurídico. Em janeiro, alguns dos mais renomados advogados do País divulgaram manifesto em que acusam a força-tarefa da Lava Jato de violar garantias fundamentais dos suspeitos de participação no esquema de corrupção na Petrobrás. No documento, advogados classificam a operação como "uma espécie de inquisição (neoinquisição)". O manifesto afirma ainda que as prisões decretadas no âmbito da operação têm sido usadas para forçar acordos de delação premiada.

'Retrocesso'. Em nota, a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) reagiu à peça da Procuradoria-Geral da República e pediu que o Supremo não aprove a ação apresentada por Janot.

Os delegados classificaram a iniciativa como "lamentável" e como um "extremo retrocesso" e disseram que ela poderia levar à anulação de investigações importantes em andamento, como as operações Lava Jato e Acrônimo.

"As organizações criminosas que afrontam a nação brasileira comemoram a ação proposta

por Rodrigo Janot", diz o texto.

A entidade afirma que "soa muito estranho que, no exato momento que a Polícia Federal realiza as maiores investigações de combate à corrupção, seja proposta uma ação para dificultar a atuação" da PF.

"Os delegados de Polícia Federal têm a certeza e a confiança de que o Supremo Tribunal Federal não atenderá a um pedido que afronta a lei, fere a Constituição e fomenta o crime organizado no nosso país."

● Atribuição

"Compete ao Ministério Público dirigir a investigação criminal, no sentido de definir quais provas considera relevantes para promover a ação penal"

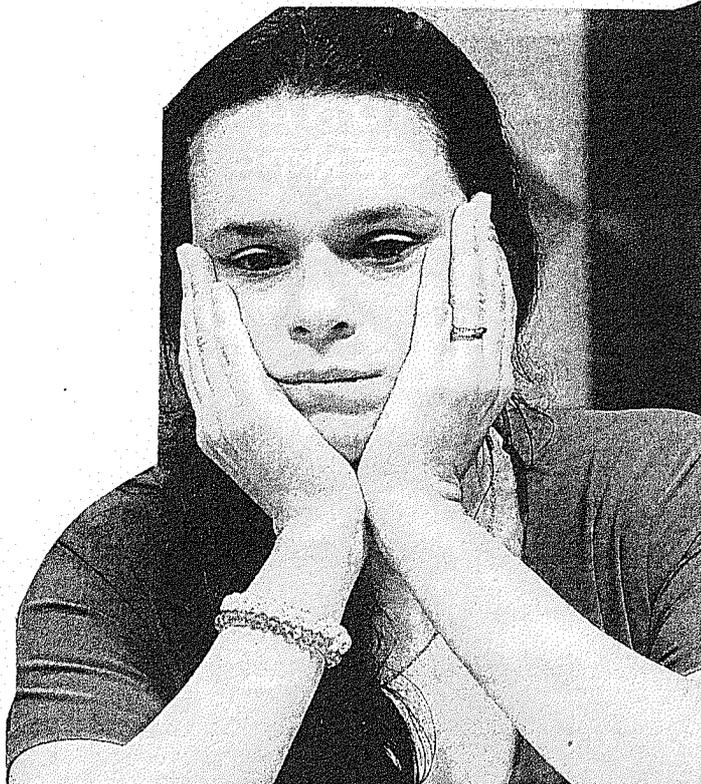
Rodrigo Janot

PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

SÔNIA RACY

Não, obrigado

Depois do fracasso da alternativa Antonio Cláudio Mariz de Oliveira para o Ministério da Justiça, foi perguntado a Manuel Alceu Affonso Ferreira, em sessão do TJ, se aceitaria convite similar. "Não fui convidado, nem sondado, mas se o fosse, apesar da honrosa lembrança, eu recusaria. Devo lealdade e solidariedade ao Antonio Cláudio, querido amigo e companheiro de meio século!"



Senado. Janaina Paschoal na comissão do impeachment

NA MADRUGADA, RANDOLFE PREGA PEÇA EM JANAINA

Ao omitir nome em pergunta, senador leva algoz de Dilma a defender processo contra Temer

Isabela Bonfim
Luísa Martins / BRASÍLIA

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) pregou uma peça em uma das autoras do pedido de impeachment, Janaina Paschoal, na sessão da Comissão Especial dedicada a ouvir os denunciantes e levou a professora do Direito a “defender” um processo contra o vice Michel Temer semelhante ao da presidente Dilma Rousseff.

Por volta de 1h de ontem, sem mencionar o nome da petista, Randolfe questionou a opinião de Janaina sobre o fato de o “governo” ter editado

decretos de créditos suplementares sem autorização do Congresso. A professora disse haver uma “proibição expressa” dessa prática fiscal na Constituição e a tipificação da conduta como crime de responsabilidade, o que justificaria o impeachment.

“A senhora acaba de expor as razões por que também será necessário pedir o impeachment do vice-presidente Michel Temer.

O que eu descrevi, agora há pouco, foram atos cometidos por ele”, disse Randolfe. Uma hora antes, a professora havia dito: “Hoje, não há elementos para pedir o impeachment do vice-presidente”.

Com a “pegadinha”, Janaina tentou se explicar: “Quero deixar claro que não o conheço pessoalmente. Respeito o trabalho. A única coisa que quero ponderar é que o vice-presidente, normalmente, assina documentos, na ausência do presidente, por delegação. Se esse pedido chegar aqui, Vossas Excelências vão apreciá-lo, não me compete, não sou advogada do vice”.

Randolfe disse que decidiu trocar o nome de Temer pela palavra “governo”, na pergunta, depois que Janaina defendeu não haver crime por parte do vice. Apesar de o plenário já estar quase vazio, o momento animou uma sessão que já durava nove horas.

“Acho que o que se investiga deve ser o fato, e não a pessoa. Se é a pessoa, é perseguição. Queria me certificar disso”, disse o senador ao **Estado**. Randolfe defende a cassação da chapa Dilma-Temer pelo Tribunal Superior Eleitoral ou antecipação das eleições, e disse ao Placar do Impeachment no Senado que votará contra o afastamento da petista.

Outra pegadinha. O senador Magno Malta (PR-RS) também fez graça ao dizer que anteciparia seu voto na Comissão Especial e, depois, confessar que reproduzira a fala do então deputado Jaques Wagner (PT-BA), no impeachment de Fernando Collor, em 1992. “Quero dedicar estas palavras e o meu sim na tarde de hoje aos meus pais e aos meus filhos. (...) Esta Casa não lhes negará a esperança de que amanhã o Brasil será outro”, leu. Depois, perguntou: “Bonito meu voto? Não é meu. Foi do ministro Jaques Wagner no impeachment de Collor”, ao justificar o ato. “Quando é contra eles, não vale, porque acham uma vergonha. Mas foi assim que Wagner votou.”

01 MAI 2016

ENTREVISTA

O ESTADO DE S. PAULO

→ **Osmar Serraglio (PMDB-PR)**, presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara

Relator do mensalão, deputado adota tese que protege Cunha

Parlamentar diz que se Dilma não vai responder por atos de mandato passado, presidente da Câmara também não

Daiene Cardoso / BRASÍLIA

Relator da CPI do mensalão em 2005, o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) foi indicado nesta semana para presidir a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Ele alcançou o posto do colegiado mais importante da Casa após ser apadrinhado pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). O cargo tem relevância neste momento porque a CCJ ficará responsável por analisar os recursos do peemedebista no processo disciplinar que tramita contra ele no Conselho de Ética.

Em entrevista ao **Estado**, Serraglio comparou o processo por quebra de decoro parlamentar ao pedido impeachment da presidente Dilma Rousseff. "Se (os governistas) falam que Dilma não pode responder por atos de outro mandato, então politicamente não pode cassar. É o bordão deles. Então como fica o caso do Eduardo Cunha?"

Veja na sequência trechos da entrevista.

● **O sr. se considera aliado de Eduardo Cunha?**

Depende de como se interpreta. Se são aliados a ele quem defende o impeachment da presidente Dilma, sim, mas fora disso, não existe isso. Ele é do grupo nosso no PMDB, então somos todos do grupo pró-impeachment aliados dele. Isso não quer dizer aliado em relação ao que vai resultar o episódio Eduardo Cunha. Quem pode examinar o mérito do processo é o Conselho de Ética. A Comissão de Constituição e Justiça não examina o mérito da cassação ou não. Dizer que a CCJ vai fazer essas coisas... Primeiro que o máximo que o presidente pode fazer é colocar na pauta. Não é ele quem decide nada.

● **O sr. está disposto a dar celeridade aos recursos de Cunha?**

QUEM É

● **Natural de Erechim (RS), é advogado, de 67 anos, membro da Frente Parlamentar Agropecuária e ex-professor universitário de Direito. Foi relator da CPI do mensalão em 2005. Hoje, ocupa a presidência da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.**

Para não dar o ar de ligação com isso, eu sequer tenho os recursos que ele entrou e quero pedir para ter acesso. Terça-feira, quero ter acesso para poder começar. Nem li os recursos. A prioridade vai depender do ritmo das coisas. Tudo depende da maioria da comissão, que pode pedir inversão de pauta.

● **Cunha tem sido muito hostilizado nos últimos dias no plenário. O sr. acha que ele ainda tem condição de presidir a Casa?**

Acho que evidentemente haveria mais tranquilidade se não fosse ele o presidente, mas é uma atitude individual, o que você vai fazer? Os mecanismos estão correndo, tem na Justiça e no Conselho de Ética. Quem quer reclamar, tem de reclamar na instância correta. Mas não adianta o que eu penso. Ninguém vai solucionar nada em relação a isso, a ele ficar ou não ficar. É uma decisão dele, igual ao da Dilma. O Brasil quer que ela saia, e ela sai?

● **Mentir a uma CPI é motivo de cassação?**

Isso é mérito, eu já não opino mais. Acho que lá no Código (de Ética da Câmara) não fala disso. Falta de decoro, conduta indigna, aí é você quem vai qualificar cada situação. Mentira é uma conduta indigna, falta de decoro? Se a maioria do Conselho de Ética entender que sim, vai ser sim. Esse mérito é o conselho que decide.

CONTINUA

01 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

● Existe um movimento que pede uma punição mais branda. O que o sr. pensa sobre isso?

Eu não sou membro (*do Conselho de Ética*), não acompanhei nada, nunca.

● O sr. se destacou como relator da CPI dos Correios. Não é ruim agora ser colocado como salvador de Cunha?

O que vai falar por mim é minha conduta. Não adianta falar que vai ser salvador de Cunha ou que vai afundar o Cunha. O que quero chamar atenção é que, de repente, parece que eu vou ter uma varinha mágica que vai dizer o que vai acontecer com Cunha. Não existe esse poder. O que vale é botar para votar.

● Mas teve uma repercussão negativa o fato de o terem chamado de aliado de Cunha. Isso o incomodou?

Incomodou, eu emiti nota sobre isso. Mas se você observar, o que os governistas estão dizendo é que têm de ser defendidas as pedaladas e os decretos (*de crédito suplementar*). Não é que estou defendendo o Eduardo, pelo amor de Deus. Se (*os governistas*) falam que Dilma não pode responder por atos de outro mandato, e cada mandato é um mandato, politicamente não pode cassar. É o bordão deles. Então como fica o caso do Eduardo Cunha? O (*vice-presidente da Câmara*) Waldir Maranhão disse isso: que só pode responder pela mentira, não pode responder por atos de mandatos passados. Como o PT pode sustentar que Dilma não pode responder por mandatos passados e que Eduardo Cunha tem de responder por mandatos passados? Tem de ter coerência, só isso.

● Então Cunha não deve responder por atos de outros mandatos?

Fizeram a mesma coisa em relação ao Cunha, mas quem vai decidir é o Conselho de Ética. O despacho do Maranhão é claro: ele vai responder pelo que praticou neste mandato. Então, não adianta ficar falando em Lava Jato. Só estou mostrando o aspecto de coerência, não estou dando minha opinião.

● 'Coerência'

"Como o PT pode sustentar que Dilma não pode responder por mandatos passados e que Eduardo Cunha tem de responder por mandatos passados? Tem de ter coerência, só isso (...) Então, não adianta ficar falando de Lava Jato"

Osmar Serraglio (PMDB-PR)

PRESIDENTE DA CCJ

01 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Funcionalismo inchado e caro

O governo Dilma Rousseff bateu mais um recorde. Em 2015, o peso das despesas com o pagamento dos servidores públicos federais foi o maior em 17 anos. Segundo dados do Ministério do Planejamento, o governo gastou 39,2% de suas receitas com a folha de pagamento do funcionalismo federal. Ainda que o percentual não ultrapasse os limites legais – desde o ano 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que o governo só possa gastar até 50% de suas receitas correntes líquidas com a folha de pagamento –, trata-se de mais um dado a confirmar a triste situação das finanças públicas do governo federal.

Na série histórica sobre a relação entre despesas com pessoal e receitas, o maior percentual foi verificado em 1995, quando 54,5% das receitas eram usadas com gastos de pessoal. Depois, o menor nível ocorreu em 2005, quando 27,3% das receitas foram usadas para pagar funcionários públicos.

De acordo com o Ministério do Planejamento, até novembro de 2015 o governo federal tinha nos Três Poderes 2,19 milhões de pessoas em sua folha. Desse total, 55,3% estão na ativa, 26% são aposentados e 18,7%, pensionistas. O total da folha de pagamento em 2015 foi de R\$ 255,3 bilhões, dos quais R\$ 151,7 bilhões foram destinados ao pagamento de

salários, R\$ 66,2 bilhões a aposentadorias e R\$ 37,3 bilhões a pensões.

O aumento do peso econômico do funcionalismo para o País pode também ser observado na proporção entre despesas com a folha e o Produto Interno Bruto (PIB). Em 2015, o gasto com o funcionalismo representou 5,3% do PIB. Trata-se do pior resultado desde 1995.

Em 2002, último ano do governo Fernando Henrique Cardoso, as despesas com o funcionalismo representaram 5% do PIB. Em 2010, último ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva, o percentual ficou em 4,7%. No primeiro ano de governo Dilma Rousseff, o percentual caiu para 4,5%. Depois, durante os três anos seguintes, ficou em 4,3%.

A curto e médio prazos o problema tende a agravar-se, seja pela recessão econômica – que diminui a arrecadação do governo –, seja pelos acordos firmados em 2015. No ano passado, cerca de 90% dos servidores do Executivo chegaram a um acordo com o governo de reajuste salarial. A maioria assinou acordos com vigência de dois anos e reajuste de 10,8% em duas parcelas. Já as carreiras de Estado optaram por acordos de quatro anos, com reajuste de 27,9%. Segundo o Ministério do Planejamento, os acordos firmados em 2015 terão um impacto de R\$ 4,23 bilhões neste ano, R\$ 19,23 bilhões em 2017, R\$ 17,91 bilhões em 2018 e R\$ 23,48 bi-

lhões em 2019.

Ao invés de aproveitar a crise para diminuir os gastos com o funcionalismo, o setor público continua contratando. Segundo o Ministério do Trabalho, em março, por exemplo, foram abertas 4.335 vagas formais na administração pública. O total de contratações no setor público no primeiro trimestre é de 13.489. Se o arrocho do setor privado é forte – nos primeiros três meses de 2016 foram 319 mil vagas a menos –, a área pública parece esquecer a forte crise fiscal pela qual atravessa o País.

Essa atitude é bem diferente da que se observou na Europa após a crise econômica de 2008. Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), todos os países da União Europeia reduziram o tamanho do funcionalismo público entre 2008 e 2013, exceto a Suécia. Outro estudo, da entidade *Initiative for Policy Dialogue*, com sede na Universidade de Columbia (EUA), revelou que, desde 2010, quase cem governos reduziram o valor gasto com o funcionalismo.

Diante da gravidade da atual crise econômica – segundo o IBGE, o Brasil tem hoje 11 milhões de desempregados – o setor público não pode fechar os olhos à realidade. Além das nefastas consequências para o equilíbrio fiscal, novas contratações no setor público representam uma situação de privilégio, como se o Estado fosse um mundo à parte.

02 MAI 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Planos de saúde dobram gastos judiciais em 2 anos

As discordâncias e os conflitos entre operadoras de planos de saúde e seus clientes têm parado cada vez mais nas mãos do Poder Judiciário. Em dois anos, o valor gasto pelos convênios médicos para atender a demandas judiciais dobrou, alcançando a marca de R\$ 1,2 bilhão no ano passado, segundo estimativa feita pela Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge) e obtida pelo Estado. Em 2013, esse gasto havia sido de R\$ 558 milhões.

Segundo a associação, o crescente número de processos que pedem tratamentos ou medicamentos não cobertos pelos planos desequilibra o setor e acaba prejudicando os próprios clientes, por meio do reajuste das mensalidades. Já os pacientes acusam as empresas de dificultar o

acesso a terapias e dizem encontrar na Justiça o caminho para ter acesso aos procedimentos necessários

Balanco da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) mostra que pelo menos R\$ 320 milhões do R\$ 1,2 bilhão gasto pelas empresas com demandas judiciais foram gastos com procedimentos não cobertos em contrato. ●

Em dois anos, o valor gasto pelos convênios médicos para atender a demandas judiciais dobrou, alcançando a marca de R\$ 1,2 bilhão no ano passado

IMPACTO PARANÁ

JUSTIÇA

Osmann de Oliveira
- Advogado

30 ABR 2016

... "VOSSA EXCELÊNCIA É UM LADRÃO"...

Membro de um parlamento, chamar o outro de "excelência" e depois apodá-lo de "ladrão", não é adjetivo que revele coragem. Ao contrário: é desrespeito e covardia para com a instituição!

Parece que o vocabulário baixo está tornando-se moda no Brasil. Durante a campanha à Presidência da República o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, numa espécie de repente, chamou seu adversário Itamar Franco, de "filho da puta". A afirmação provocou protestos. Comentei o assunto em outro jornal, e o fiz com veemência. Dias depois recebi expressiva carta de Itamar Franco, lamentando o excesso de linguagem do seu contendor, ao mesmo tempo em que me agradecia pelas palavras de conforto que lhe externei. E mais ainda: dizia-me que sua genitora - como todas as mães - devem ser dignas de respeito, e que esse respeito, transferia àquele, honrada senhora que deu a vida ao seu ofensor!

Agora, quando a Câmara dos Deputados Federais, reuniram-se para votar a autorização que permitiria a abertura do Processo Legislativo, para o afastamento da Senhora Chefe da Nação, alguns parlamentares - numa posição de inconformados com a atitude firme e serena do Presidente da Casa, Eduardo Cunha - chamaram-no de "gângster" e um deles foi além e chamou-o de "ladrão"!

O Presidente da Sessão, Eduardo Cunha, nada respondeu e continuou o seu trabalho indagando: "Como vota o deputado"?

A Reunião começou a ficar tensa e, em certo momento, num gesto de indignidade, um parlamentar cuspiu na cara de outro, quando a situação parecia degenerar-se, houve apelo, para que os ânimos serenassem e pudessem a Sessão prosseguir.

Eduardo Cunha foi muito hábil - para não se dizer frio - pois evitou a tempo, aquilo que percebeu ser uma jogada, para que os trabalhos não tivessem prosseguimento. Agora, em declaração pública: "encarei como uma provocação, no intuito de me constrianger para ver se eu correspondia e cancelava a votação".

Encerrada a votação o que fez Eduardo Cunha?

Isso que deveria ser o normal, entre homens civilizados: determinou o registro das ofensas em Ata e as enviou ao Ministério Público para que sejam processados criminalmente, os seus detratores.

Outra coisa, e por derradeiro: falou-se muito em que o impedimento da Presidente da República era golpe, mas a Sessão realizou-se, tudo correu dentro dos "conformes" e ninguém sofreu golpe algum!

Mas, igualmente, imputou-se e se imputa a Michel Temer a condição de traidor. Indaga-se, e os Ministros que renunciaram aos seus cargos para retomar à Câmara dos Deputados, e votar contra a Presidente, foram traidores também? E as milhares de pessoas que se manifestaram nas ruas contra a Presidente, também agiram por espírito de felonía?